

O desgaste da conversão

Outra proposta para a conversão de dívida externa em capital de risco foi dada a conhecer ontem. Emanada, como outras tantas, da Área Externa do Banco Central, essa versão preliminar (e portanto sujeita a modificações) deixa dúvidas quanto às intenções das autoridades a esse respeito. Desde que tal idéia veio à tona, muito se falou, mas nada de concreto efetivamente ocorreu. Ao contrário, a reiterada divulgação de várias versões de um mesmo projeto dá a impressão de existirem conflitos sobre o assunto dentro do governo. Melhor seria, neste caso, que nada fosse divulgado, pois uma das conseqüências desse processo é o desgaste crescente de um instrumento que pode aliviar, mesmo timidamente, o peso da dívida externa.

A última versão de que se tem notícia causa preocupação, pois apresenta uma série de restrições à utilização da conversão por parte de eventuais interessados. Ademais, a proposta do BC sugere a permanência de certos mecanismos (como os depósitos em moeda estrangeira junto ao próprio Banco Central) que exercem pressão sobre o déficit público, conforme tem sido admitido pelas autoridades econômicas. Isso para não mencionar a fixação de descontos na conversão e a criação de duas esferas de interferência (a Sest e a Secretaria do Tesouro) no caso da conversão aplicar-se a empresas estatais.

Ademais, o governo também

permite-se restringir excessivamente a conversão realizável pelo setor privado. Lucros devem ser reaplicados na mesma empresa e a remessa é condicionada a um prazo de carência de cinco anos. Muito subjetivamente, o projeto do BC não explicita o que chama de "atividades consideradas especulativas" e mantém entraves já existentes na aplicação dos recursos no mercado de valores mobiliários.

Até agora, o setor privado tem produzido autêntica enxurrada de propostas sobre conversão de dívida. Mas, ao que se percebe, pouco efeito tem surtido quando se verifica o teor de alguns projetos do BC. Não fica claro, por exemplo, se a intenção oficial é favorecer o setor público em detrimento do privado, garantindo ao primeiro condições menos restritivas e passivas de controle pela burocracia estatal. No caso do setor privado, não há razão aparente para que o BC estipule um desconto, mormente sem explicitar em que critérios terá se basear. Mas por que não deixar o setor privado negociar diretamente com o credor, dispensando a intermediação compulsória e arbitrária do BC?

O que permite ter esperanças é o fato de se tratar de mais um projeto. A versão final, espera-se, deverá ser nitidamente mais restritiva, caso contrário terá sido produzida para não surtir efeito algum, o que seria desnecessário, além de lamentável.